Ano XIV nº 738 De 14 a 20 de Abril de 1989 Preco: 140\$00

Director José Silva Pinto

Directores Adjuntos Pedro Rafael dos Santos Carlos Cáceres Monteiro

Governo 'julgado' em Lisboa

Culpados!







pág. 2 Miguel Cadilhe





Os esboços de Siza Vieira Chiado

Expulsão de Macedo não foi unânime

■ As razões da sentença





Entrevista

Pintasilgo: "Sampaio queria que eu continuasse"



Direcção de Edições Pedro Rafael dos Santos e Carlos Cáceres Monteiro

Direcção de Administração Antônio Gomes da Costa, Henrique Segurado Pavão, José Silva Pinto e Manuel da Silva Costa

Secretário-Geral Manuel da Silva Costa

ojornal

Director José Silva Pinto

Directores Adjuntos Pedro Rafael dos Santos e Carlos Cáceres Monteiro

Editor-Chefe

Edite Soeiro, Fernando Antunes, José Rui Cunha e Pedro Vieira

Grandes repórteres Fernando Assis Pacheco, Fernando Dacosta, Ferreira Fernandes e Joaquim Lobo

remandes e Joaquim Lobo
Redacção: Afonso Praça, Almeida
Martins, Ana Sá Lopes, Cláudia
Lobo, Daniel Ribeiro (Paris), Emilia
Caetano, Filipe Lufs, Francisco Vale, Germano Silva (Porto), Henrique
Monteiro, Herminio Santos, João
Garcia, Horácio Piriquito, José Carlos de Vasconcelos, José Pedro
Castanheira, José Plácido Júnior,
Luísa Machado, Lurdes Feio, Nuno
Ribeiro, Pedro Garcia Rosado e Viriato Teles.

Departamento fotográfico: Antó-nio Xavier, João Ribeiro, Inácio Ludgero e Joaquim Bizarro.

Departamento Gráfico: Anibal Fernandes, António Martins, Carlos Tavares, João Segurado e José

Pinto Nogueira.

Colaboradores permanentes:
Ablilo Faria, Albertino Antunes, Alfredo Prado, Ana Pereira da Silva,
António Barreto, Augusto Abelaira,
Carlos Alberto Rodrigues, Carlos
Andrade, Carlos Vieira, Clara Pinto
Correia, Daniel Amaral, Dinis Sottomayor, Eduardo Lourenço, Eurico
da Fonseca, Eurico Gonçalves,
Franco Caruso, Gabriel Correia, Ilidio Barreto, Ilidio Rocha, João Abel
Manta, João Adelino Faria, João
Fonseca, João Grego Esteves,
Jorge Cruz, José A. Salvador, José
Cardoso Pires, José de Matos-Jorge Cruz, José A. Salvador, José Cardoso Pires, José de Matos-Cruz, José Cruz, Lauro António, Leonor Matias, Luis Salgado de Matos, Miguel Souto, Manuel Abreu, Manuel Abreu da Silva, Manuel Vilas Boas, Maria do Carmo Caracol, Maria Filomena Mónica, Natália Correia, Rui Pimentel e Vitor Pavão dos Santos.

Correspondentes: Ferdinando Mendes (Moçambique), Juan Frisuelos (Espanha), Paulo de Matos (Bélgica), Cecilia de Ardanaz (Itália e Valicano), Guilherme Ismael (Grā-Bretanha), Margo Hammond (EUA) e Moema Silva (Brasil).

Documentação: Maria João Leitão Múrias e Maria João Beça Múrias. Secretariado: Cristina Cardoso, Isabel Pires, Maria José Morato, Maria Otilia Peixoto, Paula Silva, Sandra Silva, Teresa Rodrigues e Teresa Matos.

Departamento de Publicidade: António Gomes da Costa (Direc-ção), Rui Leitão (Chefe de secção), Maria Helena Sequeira (Coordena-

Propriedade: Publicações Projor nal, Ld.^a.

Sede da Redacção e Administração: Avenida da Liberdade, 232, r/ c dt.º — 1298 LISBOA CODEX — Telefones 574520 / 574593 / 574643. Telex: 18386.

Direcção de Administração e Serviços Comerciais: Rua Rodrigues Sampaio, 52, 2.º, 1100 Lisboa — Telefones: PPCA — 574744 / 540863 / 533761 / 535928.

Serviços de Publicidade: Telefo-nes 574744 / 540863 / 533761 / 535928/536236/541663/525089.

Delegação no Porto: Redacção — Rua Formosa, 187, 1,º, 4000 Porto. Telef. 384611. Publicidade — Telef. 320662 / 320970 / 320890. Telex: 20611.

Composto na Intergráfica — Publicidade e Artes Gráficas, Limitada. Rua Rodrigues Sampaio, 19-A — 1200 LISBÓA — Telefones: 574520

Impressão: Interpress (Gráfica) (corpo principal) e Lisgráfica (=O Jornal Ilustrado»).

Distribuição: Interpress — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda.

Tiragem média em Março: 64 400





/ 574593 / 574643. Preço de venda nas Regiões Au-tónomas: Açores: 175\$00. Madei-ra: 180\$00.

Exclusivos para Portugal: «Cambio 16» (Madrid), «Le Nouvel Observateur» (Paris), «Le Monde de l'Education» (Paris), «The Washington Post / Los Angeles Times News Service». Serviços das agências Lusa, DPA e Dias da Silva.

רהוא ASSOCIAÇÃO DE IMPRIMAS MÁCIDIARIA



Soares: discurso de Abril não será de 'bota abaixo'

O exemplo de Eanes não será seguido, disse o Presidente da República a «O Jornal»

unca reporia os esquemas passados de que eu própriofui vítima - disse Mário Soares a «O Jornal» quando lhe perguntámos se confirmava a notícia de que, no próximo dia 25 de Abril, faria um discurso crítico em relação ao Governo. O Presidente da Repú-

cias por que passara enquanto primeiro-ministro, sob a presidência do general Ramalho Eanes, em 1984 e no ano seguinte. Já antes, quando Balsemão chefiava o Governo da AD, o general Eanes aproveitara as comemorações do Dia

blica recordava as experiên- da Liberdade para criticar o Executivo.

Soares disse-se «surpreendido» pela notícia da passada sexta-feira, dada pelo «Independente». O jornal afirmava que o Presidente se preparava «para fazer um discurso crítico a proferir nas comemorações do 25 de Abril» e que «as últimas conversações entre Mário Soares e Cavaco Silva subiram de tom», tendo o Presidente da República «aconselhado o primeiro-ministro a fazer uma remodelação».

Durante a viagem a Itália, Mário Soares recusou-se a comentar, perante os jornalistas, todos os aspectos que considerou serem do exclusivo âmbito do Governo, nomeadamente o chamado caso Costa Freire.



Há corrupção no Governo? Lisboetas acreditam que sim

Cadilhe, Beleza e Costa Freire são «culpados», Cavaco «sabia» e a Imprensa «cumpriu o seu papel», diz a maioria dos lisboetas

maioria dos lisboetas acredita na existência de corrupção no Governo e admite que Cavaco Silva conhecia o envolvimento de membros do Executivo nesses casos, conforme se pode concluir de uma sondagem «O Jornal»/Pluriteste realizada na Grande Lisboa.

Miguel Cadilhe, Leonor Beleza e Costa Freire são os políticos que os entrevistados «acusaram» de corrupção. Os números são, por sua vez, significativos: Cadilhe não actuo! bem no «caso Amoreiras» para 68,5 por cento das pessoas, enquanto só 14,5 por cento o de-fendem e 17,5 por cento admitem não saber.

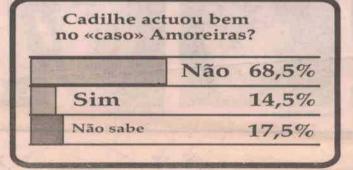
Beleza não está inocente no «caso Costa Freire» para 47 por cento dos lisboetas, havendo 26 por cento que a ilibam e 27,5 por cento que não sabem. Por último, Costa Freire é culpado de corrupção na opinião de 48 por cento dos lisboetas, resumindo-se somente a 10 por cento os que desmentem a acusação, apesar de 42,5 por cento afirmarem que não sabem.

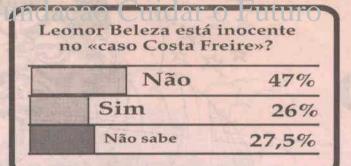
Por outro lado, 47 por cento dos entrevistados não acreditam que Cavaco Silva desconhecesse o envolvimento de membros do Executivo em casos de corrupção. O primeiro--ministro só conseguiu convencer da sua «ignorância» 35,5 por cento das pessoas, enquanto 18 por cento admite não sa-

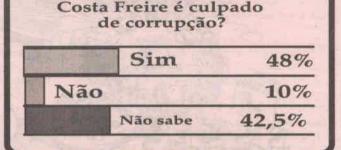
À pergunta sobre o desempenho dos órgãos de Informação nestes «casos» (Amoreiras e Costa Freire), a maioria (50 por cento) também declara que os jornalistas cumpriram bem o seu papel de informar. O desempenho da Imprensa foi negativo para 37 por cento, e 13,5 por cento disseram que não sa-

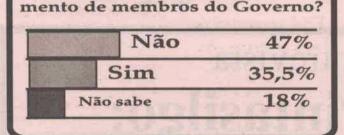
47 por cento dizem: «Cavaco sabia»

Os resultados da sondagem no que diz respeito ao eventual desconhecimento do primeiro--ministro sobre os casos de corrupção no Governo mostram que «Cavaco sabia», sobretudo, na opinião do sexo masculino (58,5 por cento), da classe baixa (65,5 por cento), inacti-









Cavaco desconhecia envolvi-

Impr o p	ensa cumpri apel de infor	u bem mar?
	Sim	50%
Não		37%
Não sabe		13,5%

vos (54,5 por cento) e classe média (49 por cento), com idades entre os 25 e os 34 anos (54 por cento) e menores de 24 anos (50 por cento) — embora, também, as faixas etárias 35-44 anos (47,5 por cento) e 45-54 (47 por cento) tenham rejei-tado a hipótese de desconhecimento de Cavaco.

O primeiro-ministro é «ilibado», sobretudo, pelas mulheres (41,5 porcento), domésticas (50,5 por cento) e da clas-se alta (46,5 por cento), com mais de 55 anos (43,5 por cento) ou menores de 24 anos (39,5 por cento), que votaram PSD (69,5 por cento) ou CDS (57 por cento).

Os entrevistados que «condenaram» Miguel Cadilhe no «caso Amoreiras» foram, sobretudo, do sexo masculino (72 por cento), da classe baixa (80 por cento), média (74 por cen-to) e inactivos (65,5 por cento), com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (79 por cento) e entre os 25 e os 34 anos (78 por cento), e que votaram anteriormente CDU (97,5 por cento), PRD (93,5 por cento) e PS (92,5 por cen-

Curiosamente, 50 por cento dos lisboetas da classe alta também criticaram o ministro das Finanças neste «caso». Cadilhe «actuou bem», sobretudo, na opinião das mulheres (15,5 por cento), da classe alta (31,5 por cento) ou domésticas (23,5 por cento), entre os 45 e os 54 anos (21,5 por cento) e que votaram CDS (35,5 por cento) ou PSD (31 por cento).

Leonor Beleza, por sua vez, «não está inocente» no «caso Costa Freire», fundamentalmente, para o sexo masculino (55,5 por cento), e pessoas oriundas da classe baixa (69 por cento) e média (49 por cento), entre os 25 eos 34 anos (59 por cento) e 35 a 44 anos (53,5 por cento), votantes da CDU (94,5 por cento), PRD (80 por cento) e PS (72 por cento). A ministra da Beleza foi ilibada, sobretudo, pelo sexo feminino (28 porcento), classe alta (42,5 por cento) e domésticas (37,5 por cento), com mais de 55 anos (32 por cento) e que votaram PSD (53,5 por cento) e CDS (43 por cento).

O ex-secretário de Estado, Costa Freire, é acusado de corrupção, designadamente, pelos homens (56 por cento), das classes baixa, média e alta (61, 50 e 48 por cento, respectivamente), com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos (52,5 por cento), 35-44 anos (51,5 por cento) e 45-54 anos (49 por cento), votantes da CDU (81 porcento), PRD (73,5 por cento) e PS (64,5 por cen-to). Contudo, 57 por cento dos eleitores do CDS e 36 por cento dos do PSD também «condenaram» Costa Freire.

Este ex-membro do Governo é «poupado» pelas mulheres (11 por cento), domésticas (14,5 por cento) e da classe alta (13 por cento), com mais de 55 anos (17 por cento) ou menos de 24 anos (16 por cento), e que votaram PSD (16 por cento).

Por último, os jornalistas «cumpriram» o seu papel para ambos os sexos e pessoas inactivas (58 por cento), da classe baixa (53,5 por cento) e média (50 por cento), entre os 35 e os 44 anos (56 por cento) ou com menos de 24 anos (55,5 por cento), que votaram PRD (66,5 por cento), CDS (64,5 por cento) e CDU (48,5 por cento). Note-se, todavia, que os apoiantes dos orgãos de Informação que admitiram votar PS e PSD tiveram percentagens muito semelhantes (48 e 47 por cento), e que só a classe alta (52 por cento), com mais de 55 anos (43,5 por cento) votaram maioritariamente «contra» o papel da Imprensa.

Ficha técnica

A amostra é constituída por 400 entrevistas pessoais e di-rectas realizadas na Grande Lisboa. A selecção dos entre-vistados é feita por quotas de sexos e profissões. O trabalho de campo foi executado por uma equipa de 12 entrevistadores directamente supervisionados no local e decorreu entre os dias 27 de Março e 7 de Abril de 1989.

Para o total da amostra, o grau de confiança desta sondagem é de 95 por cento, e a margem de erro é de mais ou menos cinco por cento. A interpretação dos resultados é da exclusiva responsabilidade de «O Jornal».

PUNDAÇÃO CUIDAR

O FUTURO

O novo cerco de São Bento

reitas do Amaral e Alberto João Jardim foram os dois «heróis da semana».

O presidente do CDS conseguiu, na entrevista à RTP, um inesperado e importante relançamento político, após a «má sorte» que o tem acompanhado nos últimos anos. O «cerco» a Cavaco ficou, assim, completamente fechado com a intervenção mais enérgica do CDS e do seu presidente. A verdade é que os reparos ao Governo tiveram um impacto na opinião pública só explicável pela grande sensibilização já existente: o terreno está lavrado para que as sementes das críticas amadureçam rapidamente. A política portuguesa do pós-25 de Abril tem sido fértil em surpresas: vacilam líderes que pareciam firmes (Cavaco



Silva e antes Eanes) e regressam outros que se julgava em decadência(e esse pode ser o caso de Freitas do Amaral, como já foi o de Sá Carneiro e Mário

Alberto João Jardim assumiu-se, até ao momento, como a única figura destacada do PSD que teve a ousadia de criticar a expulsão de Carlos Macedo do partido, apesar de não ser daqueles sociais-democratas que mais próximos se encontravam politicamente do ex-ministro da Saúde de Francisco Balsemão. É certo que Alberto João Jardim goza de um natural estado de excepção: ele não depende do primeiro-ministro quanto a nomeações ou manutenção em cargos e, por outro lado. ganhou um espaço de independência que lhe serve para ser a única voz corajosa em situações como esta. Há, em verdade, o «telhado de vidro» do desequilíbrio orçamental da Madeira, mas não é, evidentemente, por uma questão destas que tal problema se levantará. Alberto João Jardim já mostrara, anteriormente, sinais de inconformismo quanto ao que se passa, falando até na necessidade de uma remade.

A verdade é que as semanas passam e o clima de acusações em relação ao Executivo de Cavaco Silva não desaparece, sendo o mais espantoso que o Governo evidencia pensar que a melhor resposta aos ataques da Oposição é o combate «corpo a corpo», a algazarra ou o recurso a ameaças de processos em tribunal, quando o único caminho seria demonstrar que apesar da tempestade continua a navegar; ou seja, o que teria a fazer é mostrar que governa, tomando medidas de impacto popular. A melhor defesa nem sempre é o ataque.

Lourdes Pintasilgo: 'Socialistas não abrem aos independentes de esquerda'

Jorge Sampaio insistiu para que Lourdes Pintasilgo aceitasse recandidatar-se ao Parlamento Europeu. Ela aceitou. Depois a Comissão Política do PS derrotou o secretário-geral...

Daniel Ribeiro

«O Jornal» - Como encara o facto de o seu nome não ter sido aceite na lista socialista para o Parlamento Europeu?

Lourdes Pintasilgo - Para mim trata-se de um problema político, e pode sintetizar--se deste modo: no momento em que em toda a Europa se tenta encontrar uma fórmula socialista de abertura, em Portugal os socialistas não fazem isso, não abrindo aos independentes, e nomeadamente aos chamados independentes de esquerda. O meu sentimento em relação a esta não abertura do PS português é de uma certa preocupação.

P. - Quem lhe comunicou a decisão do PS? Foi Jorge Sampaio que lhe disse que não figuraria na lista?

R. - Com certeza... O meu diálogo com o PS passou-se sempre directamente com o secretário-geral do partido.

P. - Como se passaram

as negociações? R. - Desde muito cedo manifestei ao secretário-geral do PS, Vítor Constâncio, e depois a Jorge Sampaio, de que não estaria disponível para ter um papel cimeiro numa lista do PS. Depois de muito ponderar. a 28 de Fevereiro, escrevi uma carta a Jorge Sampaio falando da minha visão da Europa e pondo as condições da minha possível disponibilidade. As condições que punha sintetizam-se essencialmente nisto: a minha participação não podia deixar de ter em linha de conta a minha história, e, sobretudo, não podia ser objecto de compromissos nem da aceitação de um papel subalterno e menor para Portugal e para as mulheres e os homens que o representam no Parlamento Europeu. A minha decisão inclinava-se para não participar mas, perante a insistência do secretário-geral do PS e do secretariado, e pelo respeito que me merece a direcção do PS, acabei por dizer que aceitava. A decisão da Comissão Política, logo a seguir, acabou por confirmar que as minhas reticências tinham razão: estão presentes neste caso duas formas diferentes de ver a Europa e Portugal na Europa, e tomo nota disso.

P. - Alguns membros do PS acusam-na de não pagar a sua contribuição ao parti-

R. - Não tenho que me defender face a acusações que decorrem do desconhecimento das condições em que me foi feito o convite em 87 pelo secretário-geral e com o dr. Galvão Teles, que era o membro do PS que estava a negociar as

P. — Outros acusam-na também de não ter feito gran-



Lourdes Pintasilgo «Não faço ofensa à Comissão Política do PS»

de coisa em Estrasburgo...

R. — Quanto a isso era born que os portugueses pudessem ter acesso por um lado aos relatos das sessões que estão na mão dos deputados e das direcções dos partidos, e são aliás públicos, e por outro lado às folhas de avaliação de cada um dos deputados feitos de forma imparcial pelos nossos «controladores» dentro do grupo socialista europeu.

P. — Diz-se também que tinha más relações com outros membros socialistas do Parlamento Europeu, nomeadamente com Luís Filipe Madeira.

R. - Seria uma ofensa enorme a um partido se pensasse que uma decisão política do alcance que esta tem fosse tomada em função de simpatias ou antipatias. Não faço essa ofensa à Comissão Política do Partido Socialista.

Criados

de famílias ricas

P. — Acha que Portugal se está a preparar bem para a inserção plena na CEE a partir de 1993?

R. — Não. A posição que de um modo geral tem sido tomada é ainda de adesão, não é de integração. Os responsáveis políticos portugueses têm tomado sobretudo uma posição de pedir benesses à CEE. A minha posição é completamente oposta: desde que Portugal se integrou na CEE é um membro de pleno direito e deve estar na Europa sem prestar vassalagem a outros estados dentro da Comunidade, como continua a prestar.

Portugal deve assumir-se no seu todo, realizando-se em relação a si próprio, na CEE.

P. — Está portanto apreensiva em relação ao Mercado Único de 92?

R. — Eu costumo dizer que 92 já está a decorrer, e em Portugal pouco se dá por isso, talvez quem o sinta sejam sobretudo os industriais. Eu receio algumas coisas: uma é que, afinal, o que se está a construir é um grande mercado liberal, uma grande possibilidade de circulação de serviços, de bens, de capitais e, esperemos, de pessoas. Ora não há ainda, no espaço europeu, à medida que estão caindo as barreiras nestes domínios, aquilo que o mercado também requer, que é o seu constante correctivo social. Paralelamente ao plano económico tem que se construir uma Europa social que tenha em linha de conta as condições em que as pessoas vivem, todos oas problemas do quotidiano. E esta questão da Europa social não tem de facto tido um papel de relevo na construção na construção europeia. Sem uma afirmação muito firme e clara de que é necessário também o espaço social europeu nós corremos o risco, e será essa a consequência para nós, de ficarmos os criados bem

tratados de famílias ricas.

Portugal

tem de acordar

P. - Qual vai ser a partir de agora o seu futuro políti-

R. - É uma questão interessante. Eu continuo a ser a pessoa que diz, cada vez com mais convicção, que a «política profissional», sozinha, não pode resolver os problemas. Penso que os discursos políticos se devem renovar, tendo uma grande atenção à vida e às pessoas. Portanto, se estou numa função electiva como estive estes dois anos no Parlamento Europeu, muito bem, faço o máximo que posso; se não estou numa função dessas, estou noutras actividades que têm elas todas um coeficiente político - não é por acaso que em vários momentos da minha história política afirmei que a política é de todos, e é de todos os dias. Portanto, não é para mim indispensável ter uma função electiva para de algum modo transmitir a minha visão das

Por outro lado, estou empenhada internacionalmente em vários grupos que penso serem uma forma indispensável de acção política no plano internacional. Depois do fim do meu mandato no Parlamento Europeu dedicarei mais tempo sobretudo a um organismo que tem tido de facto muita influência, embora discreta, que é o Conselho de Interacção de ex--Chefes de Governo, do qual sou vice-presidente, e cujo presidente executivo é o ex-chanceler Helmut Schmidt.

P. - Podemos dizer que vamos ter de novo a eng. Lourdes Pintasilgo a «remar contra a maré "dos políticos" profissionais» em Por-tugal?

R. - Remar contra maré não é tanto, porque há sem dúvida um grande número de pessoas, que estão em vários domínios de actividade, que partilham das mesmas ideias que eu. Mas temos que reconhecer que em Portugal temos uma sociedade bloqueada.

P. — Como vê esta sucessão de escândalos em Portu-

R. - Parece-me um dos sinais desse bloqueio da sociedade, porque numa democracia que funcione não apenas formalmente toda a corrupção é denunciada, punida e sancionada, sendo os lugares públicos libertos daqueles por quem a corrupção entrou. Por isso me parece que um País que aceita que tudo continue na mesma precisa de acordar, de dizer que as coisas não vão bem. De resto, isto é ciclico: há um profeta na Bíblia que diz a certa altura mais ou menos isto: «os reis dizem, os governantes dizem que tudo vai bem, mas nós devemos dizer a certa altura — nada vai

Carlos Macedo: "Cavaco? Se fosse PR, demitia-o!"

O PSD está doente, diz o proscrito. Passou da neurose à necrose. Mas o seu fundador acredita na regeneração

Nuno Ribeiro

e fosse Presidente da República demitia Cavaco, obviamente com todos os cuidados para não provocar instabilidade no país. O professor Cavaco Silva é um factor de desestabilização, não é um democrata é um autocrata: está zangado com o país, com todos os sectores socio-profissionais, com os fazedores de opinião; não conseguiu elaborar uma lei estrutural, está a conduzir o país, sem respostas, para 1992». Quem o diz é Carlos Macedo, fundador do PSD, deputado tornado independente, médico neurologista.

«Ao fim de dois anos de governação autocrática, as pessoas perceberam que os problemas principais não são resolvidos, e há uma contaminação do ambiente de diálogo e tolerância a que o país é sensível», diz a «O Jornal», sentado no bar da Assembleia da República, a meio da tarde da passada terça—feira.

Momentos antes, num encontro de dez minutos, Carlos Macedo tinha entregue, ao presidente da Assembleia, uma curta carta de três parágrafos, ditada a uma das secretárias do grupo parlamentar laranja, pedindo a sua passagem a deputado independente.



Macedo com a filha Vera, em casa Manhã de 11 de Abril foi agitada

Terminava assim o primeiro dia do proscrito de Cavaco.

«Fato da primeira comunhão»

Paradoxalmente, o dia tinha começado na noite da véspera, segunda-feira, quando a Imprensa revelou o resultado do inquérito disciplinar insta urado a Carlos Macedo motivado por declarações contra a política de Saúde do Governo. Um corropio de chamadas telefónicas levou-o a preparar, ainda naquela noite, uma cábula de resposta. Numa pequena folha, escrita a tinta negra, alinhavam-se os argumentos, repetidos até à exaustão no dia a seguir.

Três pontos—chave constituem a resposta, focando a intelera una comparável a de fascismo, a mexistência de democraticidade no interior do PSD, e a falta de capacidade de liderança de Cavaco.

Na manhã de terça-feira, 11 de Abril, o fundador do partido, militante nº 6 do PSD, guindado a vários cargos — de secretário de Estado a ministro —, enviado de Sá Carneiro a Savimbi, animador do sonho da direita com a AD, aguardava a carta de expulsão.

Na sala de sua casa recebe «O Jornal» com humor. Vestindo um «princípe de Gales», ironiza: «Parece que estou com o fato da primeira comunhão».

A conversa é bastas vezes travada pelo toque do telefone. São amigos, companheiros de partido de todas as horas — os «cristãos-velhos, não os novos que agora há» —, vozes que interrogam e se questionam.

«Não voto no PSD»

Telegramas também os há. Vas Macedo não confunde alecto solidário com dissidência assumida: «Politicamente estou sozinho».

As 11 e 40 o carteiro nem chega a bater. O sobrescrito com o logotipo laranja, registado nos Correios da Lapa com o nº 04147, traz a notícia há muito esperada. São 10 páginas fotocopiadas de um acórdão do Conselho de Jurisdição Nacional, uma de apresentação e «saudações sociais-democratas», com a data de 8 de Abril. «Não quiseram divulgar a expulsão antes, por causa do Conselho Nacional de sábado», diz, conhecendo os meandros e as fintas da política «la-

Lê e relê a cábula, repete vezes sem conta, ao telefone, a

jornalistas e amigos os seus argumentos, diz que o futuro é ser deputado independente, como se lhe bastasse o período de antes da ordem do dia e o tempo a negociar com a oposição. Não acredito. Pergunto—lhe em quem vai votar para o Parlamento Europeu. «Não vou votar no PSD; não voto na mentira», responde.

«Estou consigo»

Ao almoço, com um diplomata de uma embaixada ocidental surpreendido com a expulsão, Carlos Macedo está tranquilo. Joga em casa, na habitual mesa de canto do Rex, ao Chiado. Amigos cumprimentam—no, traduzem simpatia. Pires de Miranda e Azevedo Soares acenam—lhe.

«OPSDestá suficientemente encurralado a nível decisório para eu prever uma reacção», diz. «É uma agência de empregos, uma União Nacional mediocre», desabafa.

Lembra 75, quando diz que, agora, o lema é «Força, força, camarada Cavaco», adiantando que a ideia inicial do líder do PSD era a repreensão. Como se chegou à expulsão, não sabe ou não quer dizer.

Fala do passado. Dos três dias na prisão de Caxias, em 1962, e no interrogatório de oito horas, ali ao lado, na António Maria Cardoso, em 1971: «O inspector Azevedo, da Pide, perguntava-me como sendo católico era marxista, e eu até era monárquico».

O crime de delito de opinião repugna-lhe. Lembra um
recente almoço de curso com
Isabel do Carmo, Silva Graça e
Eurico de Figueiredo. O extraparlamentarismo, a «perestroika», o socialismo democrático e o seu liberalismo assumido conviveram. «É uma
geração que teve em relação à
democracia e à guerra colonial
um conceito correcto; aquela
guerra dividiu o país, estabele-

cia a fronteira entre democratas e não democratas».

1000 Willow

O caminho para São Bento traz-nos uma surpresa. «Senhor doutor, estou consigo», dizuma mulher que bate freneticamente no vidro do carro. «Sou a Margarida Coelho, da distrital do Porto, estou consigo, carago».

«Sou antipoder»

«O PSD é o Benfica, tem uma grande capacidade de regeneração», confia. Mas deste, diz que está cansado: «É um partido doente, passou da fase da neurose à da necrose, mas o passo seguinte vai ser a cura».

Na Assembleia recebe abracos de colegas de bancada: Ângelo Correia é veemente na saudação, mas silencioso nas palavras. Dinah Alhandra fala. Manuela Aguiar também. Raul Marinho idem. Um deputado por Bragança cumprimenta-o. Outro parlamentar laranja, estambém médico, saúda-o.

Da oposição, que ganhaibênção de uma dissidência numa maioria sem cor, surgem esperados sinais de simpatia. João Cravinho, Natália Correia, Manuel Alegre, Raul Re-

«Sempre fui um mal comportado», acentua Carlos Macedo: «Foi por isso que o Francisco (Sá Carneiro) gostou de mim. Esta é a diferença entre a direita democrática e a autocrática — a democrática sempre foi mal comportada».

Lembro-lhe que se tem demitido com frequência. Concorda, e explica: «Sinto-me mal em cargos, sou um homem do antipoder, sobretudo quando ele pretende ser totalitário».

Mas o tema obsessivo do neurologista é o do filho, o partido, que o renega, o expulsa. «Este PSD não tem nada a ver comigo. Esta não é a minha linha cromossómica, e a degeneração não é minha, é deles».

CONVITE

Um encontro com o Design Moderno

JOSEP LLUSCÀ

expõe peças e mobiliário na Dimensão Móveis Pç. de Alvalade Lisboa

Design Forma e Função

até 20 de Abril

Expulsão não foi unânime

decisão de expulsar Carlos Macedo do partido que, há
15 anos, ajudou a fundar, não foi decidida por unanimidade pelo Conselho de Jurisdição Nacional do PSD. Segundo o acórdão daquele órgão, a que «O Jornal» teve acesso, José Maria Gaspar votou vencido, preferindo a pena de suspensão por dois anos. De acordo com aquele dirigente social—democrata, Carlos Macedo criticou a política do Ministério da
Saúde e não a do PSD.

O acórdão sustenta que o comportamento do «arguido é grave» pois, «para além de livre e consciente, foi, confessadamente premeditado», referindo que «na vida interna dos partidos políticos existe sempre o inevitável conflito entre a liberdade individual e a submissão livremente consentida» às decisões de quem «é competente para as proferir e impor». Razão pela qual, sublinha o Conselho de Jurisdição Nacional social—democrata, é natural que o facto de ser militante de um partido político implique «limitações à liberdade de agir e exprimir—se».

O dever de guardar sigilo sobre o que se passa no interior dos órgãos do PSD e o de reforçar a coesão interna são outros pontos dos estatutos invocados no acórdão. «Um partido político, a não ser internamente, não é, própriamente, um

«speaker's corner», acentua.

A estes argumentos, outros, de natureza sujbectiva, são



A leitura da carta esperada Dez páginas e uma expulsão

acrescentados. «É sabido como por vezes, é gratificante e compensador, em termos pessoais e até de opinião pública, emparceirar com o adversário», prossegue o acórdão. «Quem não entende isso são os milhares de militantes perplexos que legitimamente se interrogam se é para isso que andam anos a fio e tantas vezes remando contra a sua própria maré, a dar a cara ao manifesto», sublinha o texto.

N.R.

O FUTURE & CUIDAR

Concursos para todos os gostos

O programa Cultura e Desenvolvimento do Ministério da Juventude é apoiado por Helena Vaz da Silva, Jorge Barreto Xavier, Luís Francisco Rebelo e Nuno Teotónio Pereira

Centro Nacional de Cultura, a Sociedade Portuguesa de Autores, a Associação de Arquitectos Portugueses e o Clube Português de Artes e Ideias estão a apoiar o programa Cultura e Desenvolvimento, da iniciativa do Ministério da Juventude.

Deste programa fazem parte, além de colóquios e conferências, quatro concursos. Os prémios vão de 50 a 500 mil escudos. Responsáveis daquelas instituições — Helena Vaz da Silva, Luís Francisco Rebelo, Nuno Teotónio Pereira e Jorge Barreto Xavier estão pessoalmente empenhados no sucesso da iniciativa.

«Banda Desenhada — Navegadores Portugueses» é um deles. Destina-se a profissionais de artes gráficas e de banda desenhada — dos mais diferentes estilos e escolas.

Englobando a poesía e a ficção em prosa, o concurso Literatura e Desenvolvimento, tem como meta principal a promoção de jovens escritores inéditos.

Os finalistas ou formandos por cursos de arquitectura portugueses poderão participar de O Tempo da Arquitectura, concurso esse que divide-se em três temas: projecto, recuperação, adaptação ou transformação em edifícios ou conjuntos de interesse histórico-arquitectónico; trabalhos no campo da investigação, elaborados em forma de monografia e ensino descritivo ou analítico da arquitectura e do equipamento urbano.

Inserido no programa da UNESCO, Década Mundial do Desenvolvimento, o último dos quatro concursos é Cultura e Desenvolvimento - Encontro de Jovens, que irá desenvolver-se em 12 áreas. Entre elas, música, cinema, Imprensa, artes plásticas e fotografia.

Todas as informações a respeito deste programa bem como dos regulamentos para cada categoria podem ser obtidos nos Serviços Regionais do Instituto da Juventude ou no Centro Nacional de Informação para a Juventude (Avenida da Liberdade, 194 — 1100 Lisboa Codex. Telefones: 523593

SENHOR EMPRESÁRIO O QUE OFERECEMOS de assistência Médica Domiciliária a todos os trabalhadores no agregado familiar. Fornos escolhidos pelo Hospital CRUZ HA PORTUGUESA para integrar o seu Piano de Saúde. SERVIÇOS BÁSICOS Assistência Médica Domiciliària Gratuita. Serviço de Entermagem e Transporte ao Hospital Gratuitos. BENEFICIOS COMPLEMENTARES Consultas de Especialidades n Eximes Complementates de Diagnóstico a preços beneficiados e com preferência de atendimento. Descontos em Unidades Hospitalares Privadas de Lisbos. AREAS DE ACTUAÇÃO ião de Lisboa e Grande Lisboa. SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE COM RAPIDEZ E COMPETÊNCIA ONDE E QUANDO DE NOS PRECISAR PARA MAIS INFORMAÇÕES: RUA TOMÁS RIBEIRO Nº 8 R/C ESQ. 1000 LISBOA TLF. 560749/66/71 SERVIÇO MÉDICO PERMANENTE, LDA.

"Grandes querem campeonato da CEE"

Benfica já foi sondado pelo Real Madrid, com vista ao Europeu de clubes, em futebol

A qui não se gama para de petróleo», disse a «O petróleo» do Benfiqui não se ganha para o Jornal» o presidente do Benfica, João Santos, declarando--se «muito interessado» na realização de um campeonato eu-ropeu de clubes. «Os jogos não seriam a eliminar, mas sim disputados por pontos, a duas mãos», acrescentou.

Tal torneio seria disputado, apenas, pelos principais clu-bes dos países da CEE e, em Portugal, também o FC do Porto e o Sporting se mostram in-teressados em participar.

«Da forma como o nosso campeonato está organizado, um clube como o Benfica perde muito dinheiro, visto que temos tido uma assistência média de 25 a 27 mil espectadores por jogo, o que, para nós, é muito pouco», declarou-nos João Santos, que acrescentou:

«A organização de um campeonato da CEE teria de passar por uma reestruturação do nosso próprio campeonato. E todas as federações europeias têm que repensar os problemas.»

Vários dos principais clubes europeus apostam, já, na realização da nova prova europeia. O Benfica já foi, inclusivamente, sondado pelo Real Madrid, nesse sentido.

A procura de mais e maiores receitas é o motor deste interesse dos clubes. No entanto, a organização de uma prova deste género poderá colocar em risco, também em termos de receitas, a própria sobrevivência dos campeonatos nacionais. É por isso que, no entender de João Santos, «o nosso campeonato tem que levar uma grande volta. É demasiado longo e o interesse competitivo está a diluir-se.»

Com efeito, caso a ideia vá para a frente, o campeonato português de 20 clubes (ou mesmo 18 ou 16) terá, forçosamente, os dias contados. É que,



João Santos «Não se ganha para o petróleo»

a confirmar-se a tendência europeizante, se os campeonatos nacionais dos países da CEE não forem repensados, poderão vir a ter, para os adeptos,

um interesse comparável aos actuais campeonatos distritais da nossa praça...

Outros interesses financeiros, ligados, por exemplo, aos contratos de publicidade e às transmissões televisivas (um dos mais célebres «patrões» de TV europeus, o italiano Ber-lusconi, é o dono do Milan, campeão italiano e candidato ao título europeu deste ano) contribuem para que o mundo do futebol, cada vez mais empresarial, comece a procurar novas formas de fazer milhões.

O ano de 1992 e a integracão europeia serão, talvez, a base do primeiro campeonato europeu de clubes. Em causa poderá estar o interesse competitivo das actuais taças europeias a eliminar, nomeadamente a dos Campeões. O facto, porém, do possível campeonato se restringir aos clubes das Comunidades, deixando de fora os países de Leste, para além de uma Suécia e de uma Suíça, que fazem sempre falta à competição, poderá suscitar protestos e algumas lutas de bastidores, no seio da UEFA e até da FIFA...

F. L.

IPE - Investimentos e Participações do Estado, SA



Centro de Informação, Formação e Aperfeiçoamento

«A GESTÃO FINANCEIRA E O DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA»

Consideramos como principais objectivos deste curso:

1. Proporcionar ao gestor financeiro uma metodologia de diagnóstico da situação económico-financeira da empresa;

2. Divulgar métodos, técnicas e instrumentos no âmbito da gestão financeira, e avaliar as principais fontes de financiamento;

Incentivar o uso da micro-informática na gestão financeira;
 Desenvolver metodologia prática para avaliação de empresas, quer para o seu redimensionamento, quer em aquisições e cessões.

DESTINATÁRIOS

Administradores do pelouro financeiro;

Directores financeiros;
Técnicos e analistas financeiros;

Revisores oficiais de contas;

Directores gerais.

FORMADORES

O curso é coordenado por José Azevedo Rodrigues, contando com a participação de João Neves, Lopes dos Santos, Pedro Inácio, formadores permanentes do CIFAG, Herwig Langohr, professor de finanças no INSEAD e outros especialistas do mundo empresarial e universitário.

PROGRAMA

Módulo 1 - 15 a 17 Maio: Análise Financeira

 Módulo 2 – 22 a 24 Maio: Gestão de Tesouraria Módulo 3 - 29 a 31 Maio: Análise das Decisões de Investimento

Módulo 4 – 05 a 07 Junho: Interacções entre Decisões de Investimento e de Financiamento

Módulo 5 – 14 a 16 Junho: Mercado de Capitais

Módulo 6 – 21 a 23 Junho: Avaliação de Empresas – Fusões e Aquisições

O curso decorrerá nas instalações do CIFAG, entre as 9.30h e as 18.00h. No terceiro dia de cada módulo termina pelas 13 horas. No dia 22 de Junho terá lugar o jantar de encerramento.

INFORMAÇÕES

CIFAG - Av. Júlio Dinis, 11 - Apartado 21315 - 1131 Lisboa Codex Telef .: 76 60 82/86 - Telex 14176 IPELIS P - Telefax 73 10 91

PRAZO LIMITE DE INSCRIÇÃO: 27 DE ABRIL 1989. O número de inscrições é limitado

Conservatória do Registo Comercial de LISBOA - Matr. n.º 57370 Capital Social: 23 000 000 000\$00

Procurador propõe secção especial

Procurador-Geral da República propôs ao Governo a criação, no âmbito da Polícia Judiciária, de uma secção especial destinada à investigação de grandes fraudes, apurou «O Jornal».

Se for efectivamente criado, a primeira investigação daquele departamento deverá incidir sobre os diversos serviços do Ministério da Saúde. A este departamento deverão ficar ligados alguns investigadores que participaram nas diligências relativas às irregularidades na utilização das verbas do Fundo Social Europeu.

Governo desmente alterações à Lei de Imprensa

falso que o Governo esteja a preparar alterações à Lei de Imprensa, e muito menos encare a possibilidade de vir a impedir a venda de jornais que publiquem documentos «secretos» — garantiu a «O Jornal» uma fonte do Executivo.

A mesma fonte considerou «pura especulação» o que, sobre a matéria, tem sido divulgado nos últimos dias, acrescentando que «seria um erro alterar a Lei de Imprensa em vésperas de uma campanha

eleitoral». «Se existe alguma iniciativa sobre a matéria no âmbito do Parlamento, desconheço. O que garanto é que o Governo não falou sobre o assunto, nem deu qualquer directiva nesse sentido ao grupo parlamentar do PSD», concluiu.

Segundo apurámos, não está excluída a hipótese de os sociais—democratas apresentarem uma proposta de alterações à Lei de Imprensa depois das eleições para o Parlamento Europeu, marcadas para 18 de Junho, mas «dificilmente isso será concretizado na presente legislatura».

Fontes socialistas garantiram-nos, por outro lado, que «o PS não aceitará qualquer negociação sobre alterações à Lei de Imprensa, mesmo em sede de revisão constitucional». As mesmas fontes admitiram, todavia, a existência de rumores sobre uma próxima tentativa com esse objectivo, por parte dos deputados do PSD.

L.F.

Revisão Constitucional sem surpresas

udo indica que os trabalhos sobre a revisão da Constituição, iniciados esta semana na Assembleia da República, não vão passar de uma revisão da matéria dada. À excepção da oposição do PCP, de algumas discordâncias pontuais do CDS e do PRD e dos despiques entre António Vitorino e José Magalhães, os resultados das votações são, antecipadamente, conhecidos.

Apesar de tudo, os deputados vão gastar cinco semanas e 60 horas na discussão do processo de revisão constitucional. Inconformados com o acordo PS/PSD, os comunistas e os seus «satélites» da Intervenção Democrática, têm procurado atingir os socialistas, responsabilizando-os pela «dessacrilização» dos ideais revolucionários do 25 de Abril consagrados na Constituição.

Na sessão de ontem, quinta-feira, José Manuel Mendes, do PCP, contestou a escassez de tempo atribuído aos deputados para discutirem a matéria em causa. Aliás, nestes primeiros dias dos trabalhos, os comunistas foram exímios no bloqueamento da discussão, encaminhando-a, quase sempre, para as questões «temporais».

Invocando a necessidade de distribuir documentação sobre os trabalhos da Comissão Parlamentar que acompanhou a revisão constitucional, devido ao pouco esclarecimento dos jornalistas e dos deputados sobre a matéria em discussão, os serviços da Assembleia inundaram as bancadas com quilos de

papel, provocando o riso entre os profissionais da comunicação social.

Este facto, uma temporária quebra de energia e as contantes interpelações à mesa quebraram a habitual rotina dos trabalhos parlamentares. Rui Machete, António Vitorino, Marques Júnior, Nogueira de Brito e José Magalhães foram, nestes primeiros dias de revisão Constitucional, os principais intérpretes de um jogo cujo resultado é conhecido há muito.

Tengarrinha: PCP alicia os nossos autarcas

PCP anda a aliciar os autarcas do MDP/CDE, nas nossas costas, para integrarem as listas do Partido Comunista, em vez de ter connosco um diálogo directo, semelhante ao que tem mantido com as outras forças da esquerda portuguesa», disse José Manuel Tengarrinha a «O Jornal».

A acusação vem na sequência, do encontro que o dirigente do MDP/CDE teve ontem, quinta-feira, com Jorge Sampaio a convite deste, no qual se colocou a hipótese de colaboração com o PS nas eleições autárquicas.

Como referiu Tengarrinha a «O Jornal», «não há qualquer acordo com o PS, mas apenas a possibilidade de colaboração em algumas autarquias, podendo o MDP/CDE concorrer com outros partidos, noutos locais».



Homenagem a Carlos Macedo

ex-deputado e destacado dirigente do PSD, Carlos Macedo, cuja expulsão do partido foi conhecida na passada terça-feira, é homenageado na próxima quarta-feira por militantes do Partido Social-Democrata.

Os descontentes com a drástica decisão do Conselho de Jurisdição Nacional social—democrata convocaram um jantar de desagravo para com o ex-ministro dos Assuntos Sociais de Francisco Pinto Balsemão, oqual decorrerá no restaurante «Valenciana».

Apesar do clima de instabilidade que se vive no seio do PSD, fonte governamental adiantou a «O Jornal» que o partido não reagirá contra esta iniciativa.

ojornal

Esta edição de «O Jornal» tem um total de 148 páginas e inclui «O Jornal Ilustrado» e os suplementos «O Jornal/Vinhos», «O Jornal da Economia» e «Autarquias», que não podem ser vendidos separadamente.

Esteves e Louçã candidatos ao PE

iguel Esteves Cardoso e Francisco Louçã são os cabecas de lista, respectivamente, do PPM e PSR, para o Parlamento Europeu. Esteves Cardoso, que já em 1987 tinha integrado a lista monárquica ao PE, é o primeiro elemento de um elenco que integra um «independente timorense».

A lista do PSR, liderada por Francisco Louçã, só ficará definitivamente completa na próxima semana, alinhando um vasto conjunto de independentes colocados por ordem alfabética.

Lançamento de colecção sobre os Descobrimentos

ma nova colecção, De Cabo a Cabo, inteiramente dedicada a editar entre nós obras fundamentais sobre os Descobrimentos Portugueses, co-editada por «O Jornal» e pela «Teorema», vai ser apresentada ao público na próxima quarta-feira, 19, pelas 18 horas, na Casa dos Bicos. Na oportunidade, serão lançados, com apresentação do prof. Luís de Albuquerque, os dois primeiros títulos da colecção: «Prelúdio ao Império», de Bailey W. Diffie, e «A expansão em Marrocos», de David Lopes.

De fonte segura

Renovação — Uma dupla directiva de peso foi já escolhida pela administração da Renascença Gráfica para a dinamização do vespertino «Diário de Lisboa», a empreender no próximo Outono: Mário Mesquita será o director e Diana Andringa a directora—adjunta do que se projecta venha a ser um «DL» renovado, na senda do jornal que chegou a ser feito nos anos finais da década de 60.

«Cartoons» — A Fundação Cultural Portugal—Brasil projecta promover, em Janeiro do próximo ano, uma exposição de desenhos dos mais cotados «cartoonistas» de ambos os países, para o que conta, desde já, com a colaboração da Câmara Municipal de Oeiras, que para o efeito oferece apoio logístico, num dos palácios que fazem parte do seu património. Dois dias de conferências e debates deverão complementar a iniciativa, a que «O Jornal» dá, desde já, o seu patrocínio.

Acordo — O ministro angolano das Finanças, Augusto Teixeira de Matos, enviou uma carta ao seu colega português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, congratulando—se pela actuação do Governo de Lisboa nas negociações conduzidas por Portugal nas Comunidades Europeias, em torno do plano de recuperação da economia de Angola. Na referida carta, o governante angolano dá o seu acordo à proposta das Comunidades.

COEP — Uma nova sigla vai entrar, em breve, no nosso já considerável universo de abreviaturas, ou acrónimos identificativos de instituições: trata-se da COEP, correspondente a Confederação das Organizações Empresariais Portuguesas. A fundação deverá ocorrer durante o II CAER (mais uma sigla..., para Congresso das Associações Empresariais Regionais), a realizar entre 25 e 27 de Maio, em Montechoro (Algarve), à sombra tutelar da AIP (Associação Industrial Portuguesa) e do seu presidente, Jorge Rocha de Matos.

Aniversário — Mário Soares deslocar-se-á, na próxima sexta-feira, dia 21, ao Porto, para presidir, no Palácio da Bolsa, ao jantar comemorativo do 20º aniversário da Maconde, empresa líder na confecção de vestuário em Portugal. Na ocasião, o Presidente da República será acompanhado pelo vice-primeiro-ministro, Eurico de Melo, e pelo ministro da Indústria, Mira Amaral.

Jovens — Jovens empresários de nove países da CEE (Portugal, Espanha, França, Itália, Grécia, RFA, Holanda, Bélgica e Luxemburgo), além da Áustria, vão reunir-se, hoje, sexta-feira, no Porto, na sede da ANJE (Associação Nacional de Jovens Empresários). Objectivo do encontro: a constituição de uma Federação Europeia das Associações de Jovens Empresários, com sede em Bruxelas, a formalizar até ao fim do ano.

FIEC — Em maré de reuniões internacionais efectuadas em Portugal, Lisboa vai ser, igualmente, palco do próximo congresso da Federação Internacional Europeia de Construção (FIEC), que trará à capital portuguesa, entre 8 e 10 de Junho, cerca de 400 participantes de 18 países, entre os quais os «Doze» da CEE. A organização estará a cargo da AECOPS e da AICCONP, ou seja, as associações de construtores do Sul e do Norte do país.

Alqueva — O lançamento do projecto do Alqueva encontra-se dependente de um estudo de avaliação global co-financiado pela Comissão das Comunidades Europeias e pelo Governo português. O estudo seguir-se-á à aprovação, em Bruxelas, do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e ao consequente desbloquemento das verbas postas à disposição de Portugal, nos próximos cinco anos.

Audiências — Regressada à antena há menos de um mês, a TSF Rádio Jornal possui já indícios seguros de que a sua audiência continua a ser bem destacada no pequeno universo das estações radiofónicas escutadas na região da Grande Lisboa. De acordo com um estudo da Marktest, referente às últimas duas semanas de Março, a TSF ocupa posição de relevo, com uma audiência de 14,9 por cento, apenas suplantada pela Rádio Renascença (Canal 1), com 28,8 por cento e pela Rádio Comercial (FM), com 18,5. Seguem—se a RFM (11,7), a Antena 1 (11,4) e a Onda Média da Rádio Comercial (9,8). Quanto à Correio da Manhā—Rádio, grande rival da TSF no recente concurso para atribuição de frequências, averba 5,7 por cento.

■ Fim-de-semana molhado

Vai ser algo chuvoso o fim-de-semana que se avizinha. Períodos de chuva e aguaceiros estão previstos, no Continente, para hoje, sexta-feira, amanhã e depois. A temperatura subirá alguns (poucos) pontos, hoje, mas, no domingo, vem por aí abaixo.

DEPOIS DE TER VENDIDO, NA 3.º FEIRA, DIA 4, O 2.º PRÉMIO DA 14.º EXTRACÇÃO DA LOTARIA POPULAR, A

CASA DA SORTE

PRÉMIO GRANDE - TERCEIRO -

3 000 contos

Na 6.ª feira, dia 21, Lotaria Comemorativa do 25 DE ABRIL

100 000 CONTOS

Bilhetes a 10.000\$00 e décimos a 1000\$00 ★

ASA DA SORTE
A CASA QUE FAZ MILIONÁRIOS

LISBOA + BRAGA + PORTO + AVEIRO + VISEU + COIMBRA + SETÚBAL + FARO